



FLORESTAS · PT

História florestal: conhecimento para o futuro

João Pinho

5 de maio de 2021



Índice



1. História florestal - O que é e para que serve? Pág. 3
2. História florestal: Reflexões Pág. 4
 - I - As políticas públicas para a floresta privada –
gestão à escala da paisagem
 - II - O uso de espécies florestais não indígenas
3. Obras relevantes de história florestal Pág. 26
 - Figuras maiores da história florestal portuguesa (séc.
XIX e XX)

História florestal



O que é? - definição

O campo da ciência que estuda como as pessoas usaram e interagiram com os ecossistemas florestais ao longo da história da Humanidade.

Para que serve?

- Para criar um entendimento esclarecido sobre as florestas e paisagens atuais.
- Para dar aos cidadãos, técnicos e decisores políticos as bases para a construção dos planos e políticas florestais.
- Para ajudar a compreender a evolução histórica mais geral das comunidades locais, sociedades e países.
- É parte essencial da formação e treino dos técnicos florestais.

História florestal



A intervenção humana no território é muito mais antiga e profunda do que imaginamos

“Todo o território é agora acessível, conhecido e está em atividade. Terrenos abandonados no passado são hoje belas herdades. As florestas foram domadas pela cultura agrícola.

As feras selvagens foram afugentadas pelos rebanhos. Os areas estão a ser plantados, as encostas pedregosas arroteadas, os paús drenados.

As cidades são hoje tão numerosas como o eram antigamente as cabanas. [···]

Em todo o lado se encontra um casal, um cidadão romano, uma comunidade; em todo o lado a vida fervilha.”

Tertuliano, De anima, 30.3, séc. II-III.



FLORESTAS · PT

Algumas reflexões – I

Políticas públicas para as florestas privadas – gestão à escala da paisagem



Algumas reflexões - I

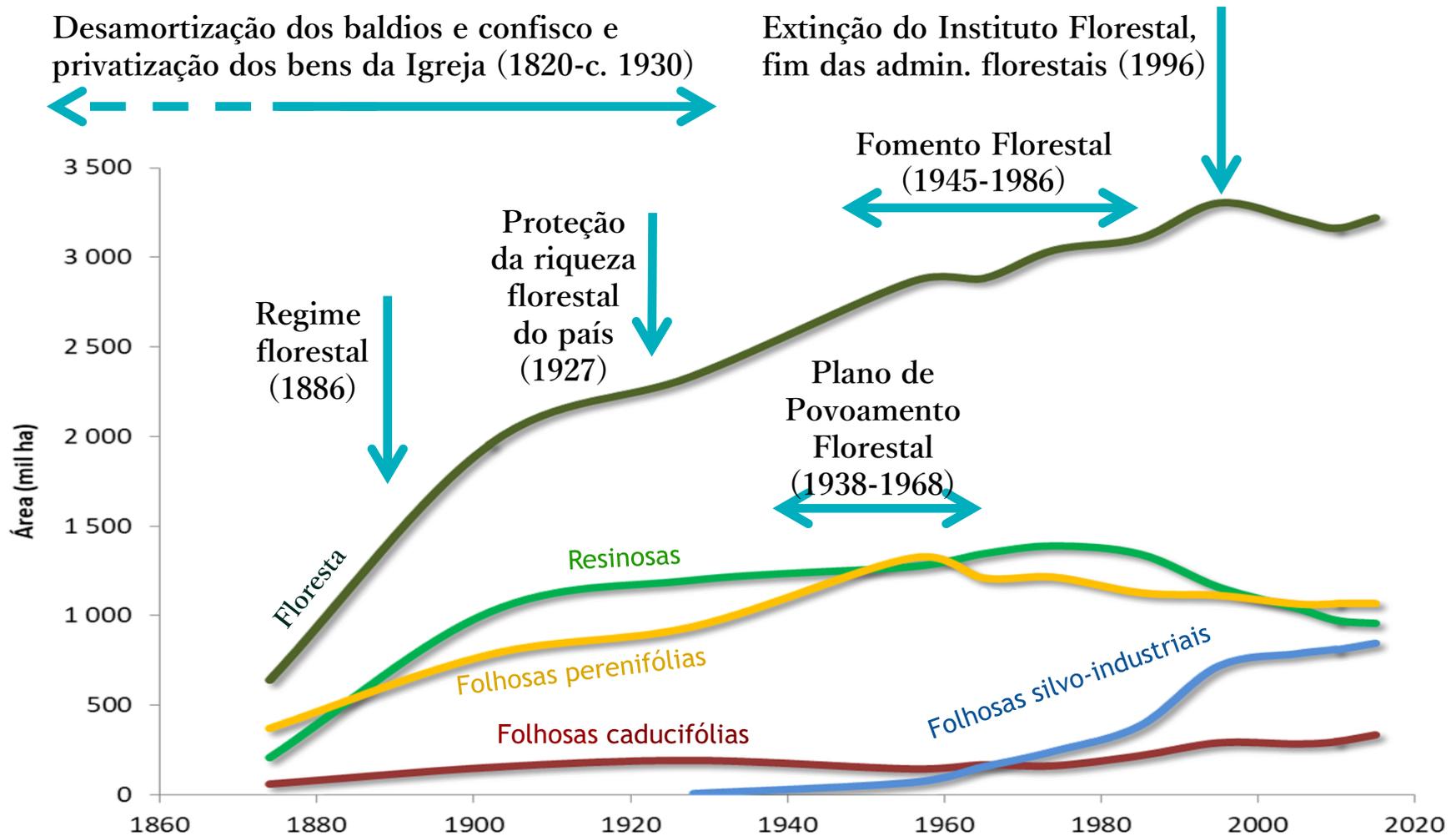


Século XIX - lançadas as bases para a floresta do século XXI

- Criação do primeiro organismo devotado à gestão profissional das florestas públicas (AGMR - Administração Geral das Matas do Reino, 1824)
- Privatização dos terrenos comunitários e desamortização dos bens eclesiásticos, com imediato investimento na arborização – novos mercados de exportação, crescimento urbano, aumento interno da procura com o aumento da população.
- Criação do primeiro serviço público devotado ao fomento da floresta nos terrenos particulares (2.^a secção da Repartição de Agricultura da DGCI - Direção Geral do Comércio e Indústria, 1852)
- Os silvicultores, em número diminuto mas crescente, dão também apoio técnico aos proprietários privados.
- Em 1867 é preparado o primeiro relatório moderno sobre o estado das florestas no Continente e estabelecidas as linhas para o desenvolvimento do subsector florestal – criação dos Serviços Florestais, 1886.

Algumas reflexões - I

Evolução dos recursos florestais



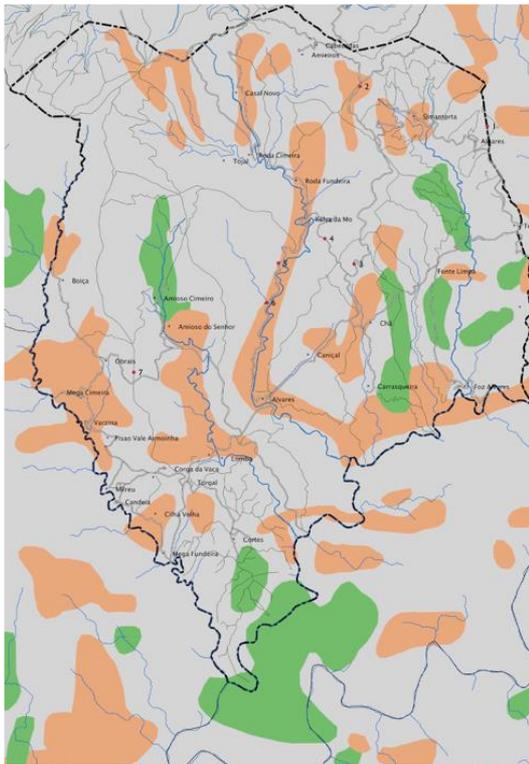
Algumas reflexões - I

Evolução dos recursos florestais

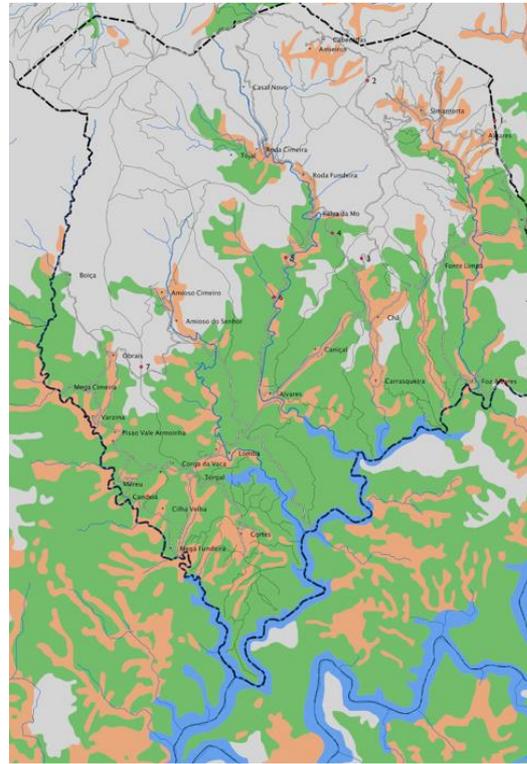


Freguesia de Alvares
(Concelho de Góis, Coimbra)

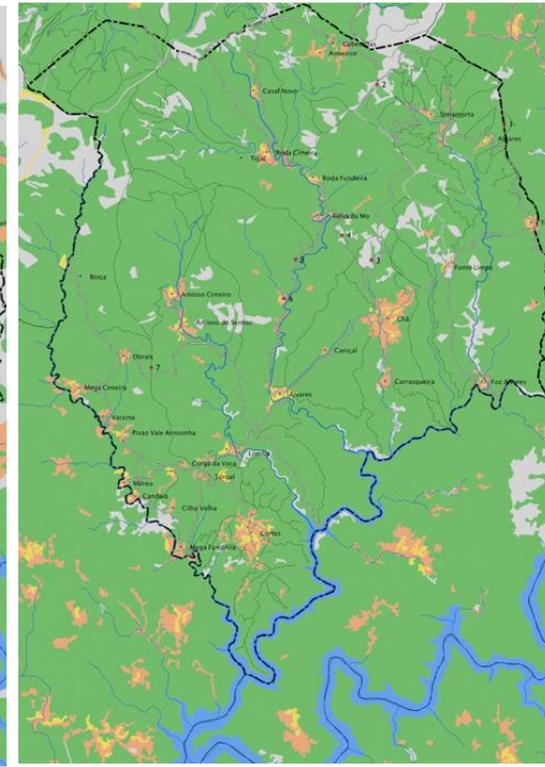
Floresta: 9% em 1905 (pinheiro-bravo e algumas folhosas)
90% em 2010 (eucalipto e pinheiro-bravo)



1905



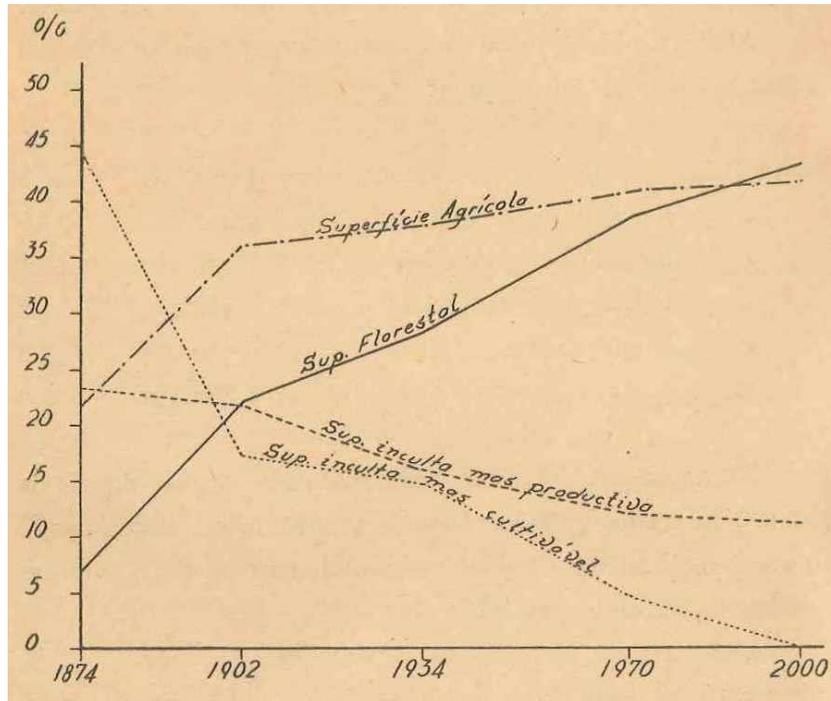
1955



2010

Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas



Fonte: Ministério da Economia, 1945

Regime florestal, Decreto de 24 de dezembro de 1901: Prevê que grêmios e associações de proprietários florestais legalmente constituídos beneficiem dos apoios concedidos à gestão dos terrenos submetidos ao regime florestal parcial



Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas - gestão à escala da paisagem



António Mendes de Almeida
(1931)

A importância da “associação” na defesa da riqueza florestal contra incêndios

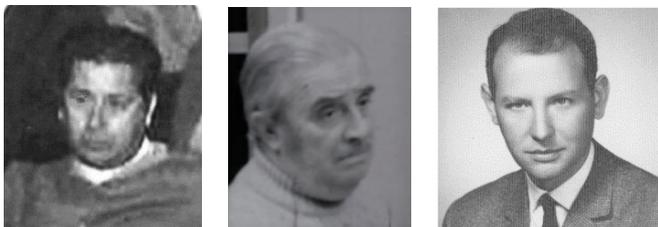
Proposta de organização de “associações sindicais de defesa contra incêndios da riqueza florestal”, adaptando o modelo francês.

As associações sindicais reuniriam todos os proprietários florestais, incluindo os públicos, e ficaram responsáveis por todas as ações de prevenção, combate e recuperação das áreas ardidas (com base em seguros).

“Neste intento, ousou propor aos proprietários deste distrito que mais uma vez se nobilitem, tomando a iniciativa de organizar a “Associação sindical de defesa contra incêndios da riqueza florestal do distrito de Setúbal”, iniciando a sua ação nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal, Cezimbra, Palmela e Setúbal (...) Grande será a área de pinhais a proteger e, como dentro dessa zona se encontram matas nacionais a cargo dos Ministérios da Agricultura e da Marinha, creio bem que o Estado dará o exemplo, inscrevendo-se nessa Associação”

Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas - gestão à escala da paisagem



*Vasco Quintanilha,
Ernâni Silva,
José Moreira da Silva (1965)*

DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS FLORESTAIS E AQUÍCOLAS
CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE VILA REAL
CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DO PORTO

PRINCIPIOS BÁSICOS DE LUTA
CONTRA INCÊNDIOS NA FLORESTA
PARTICULAR PORTUGUESA

Trabalho inédito de

Vasco Quintanilha, Eng.º Silv.
Ernâni José da Silva, Eng.º Silv.
José Moreira da Silva, Eng.º Silv.

“(…) agrupada a propriedade particular em Polígonos florestais por processos a estudar conforme as regiões, alcançada assim a dimensão mínima que permita encarar com realidade e eficiência a resolução de problemas da produção e da conservação florestais, (…)”

“(…) [bacia arborizada] com uma área da ordem dos 50 a 60 mil hectares, para ter dimensão que suporte o peso das despesas gerais inerentes a tal organização (…)”

“Dentro destas características, julgamos que se deverá estabelecer o Polígono experimental na bacia hidrográfica do Zêzere, região ultimamente devastada por importantes fogos florestais (…)”

Final da década de 1960: início do projeto-piloto Apoio à Propriedade Florestal Privada, conduzido pela 4.ª Repartição Técnica (Fomento e Protecção) da DGSFA, muito ativo sobretudo no Pinhal Interior.

Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas - gestão à escala da paisagem



*João da
Costa
Mendonça*

1974 - Zonas de intervenção florestal obrigatória

"[nas ZIFO], zonas de baixa ou nula rentabilidade, isto poderá determinar encargos que não terão compensação direta por via dos rendimentos locais, mas parece bem, uma vez que os benefícios a obter são em proveito de toda a coletividade, que esta venha a suportar os custos financeiros do empreendimento."

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas



*António
Manuel
Azevedo
Gomes*

1977 - Zonas de ordenamento florestal obrigatório

"Serão criadas por portaria do Secretário de Estado das Florestas «zonas de ordenamento florestal obrigatório», (...) sujeitas a normas e a planos de ordenamento, a rever periodicamente."

Decreto-Lei n.º 439-E/77, de 25 de outubro



*Victor
Louro*

1980 - Zonas de intervenção florestal (+ núcleos de intervenção florestal)

"As ZIFs serão definidas progressivamente pelo Governo, através de decretos-leis, com participação das populações interessadas, mediante estudos a elaborar pelos serviços oficiais"

Projeto de Lei n.º 392/I, de 3 de março

Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas - gestão à escala da paisagem



1992 – Sociedades de gestão e defesa florestal - GEDEF

José Moreira da Silva, Forestis

Formato de régie-cooperativa, com dimensão territorial determinada pelo produto florestal de cada GEDEF

1996 – Lei de Bases da Política Florestal, Assembleia da República

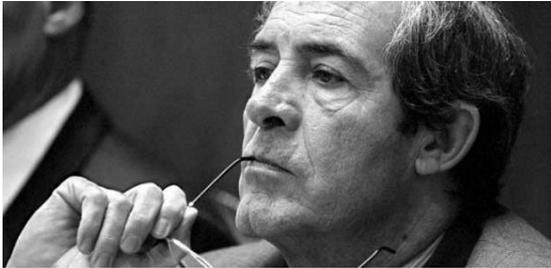
“Compete ao Estado (···) “Promover, em áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões, a constituição de unidades de exploração, designadamente de gestão mista, de modo a garantir uma rearborização adequada e a sua futura gestão em condições adequadas do ponto de vista silvícola; (···)”

≈2000 – Unidades de gestão florestal - UGF:

- Sistema de Gestão Sustentável do Concelho de Mação
- Grupo Portucel-Soporcel

Algumas reflexões - I

Políticas públicas para florestas privadas - gestão à escala da paisagem



Armando Sevinate Pinto

2003 – Zonas de intervenção florestal

Modelo apresentado pela DGF - Direção Geral das Florestas, em 24 de setembro de 2003 a pedido do Ministro da Agricultura, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Reforma Estrutural do Setor Florestal, aprovada por Resolução de Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003, de 17 de novembro

2003-2005: estabilização do conceito e regime e sua regulamentação

Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto



FLORESTAS · PT

Algumas reflexões – II

História do uso
das espécies
florestais exóticas



Algumas reflexões - II



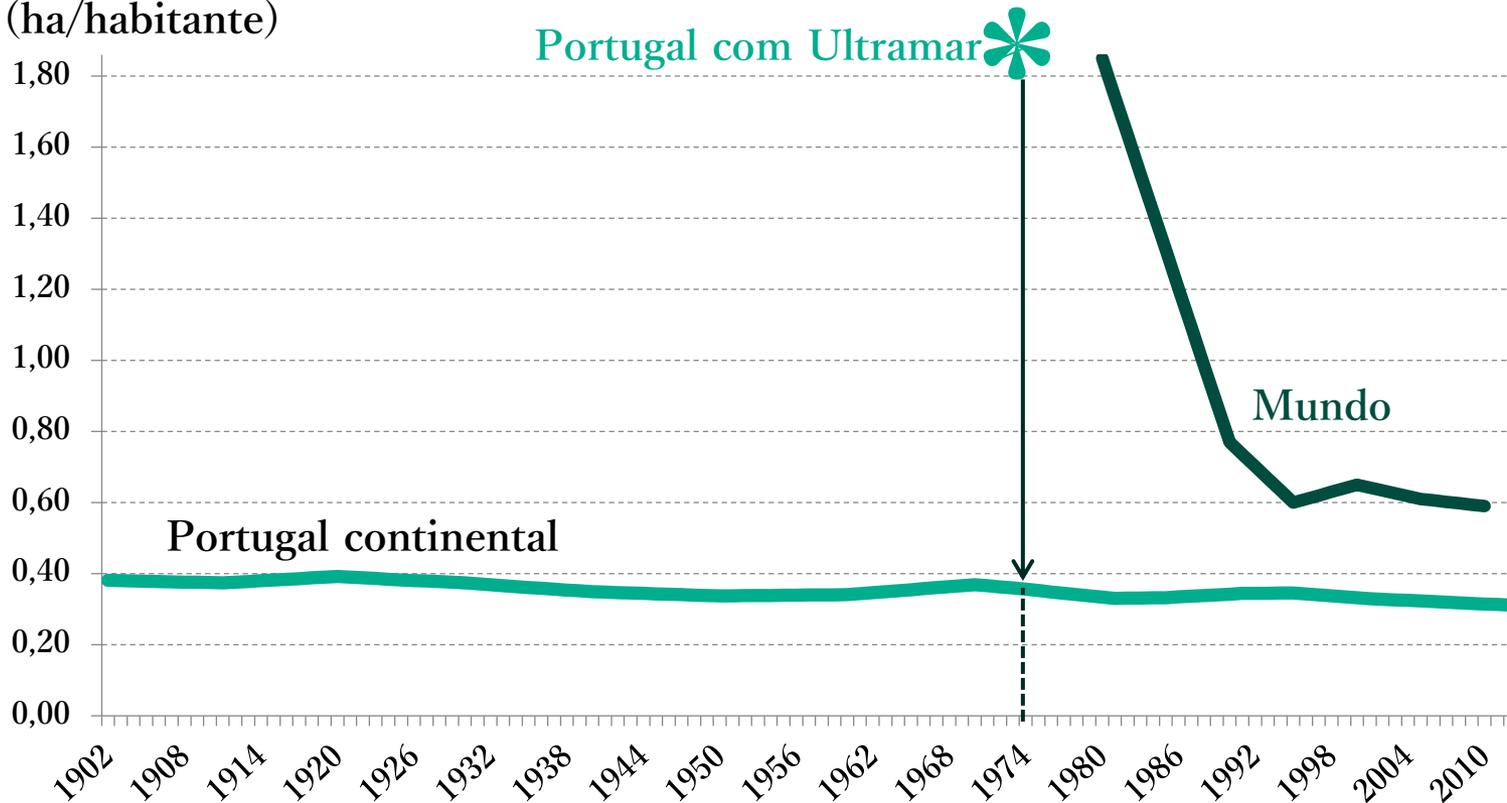
Porquê introduzir espécies não indígenas florestais?

- Para suprir a falta de espécies indígenas produtoras de matérias-primas com determinadas especificações tecnológicas;
- Existe uma grande quantidade de espécies exóticas muito bem adaptadas à arborização de estações degradadas ou onde foram eliminadas as indígenas, sendo nalguns casos utilizadas também para recuperação de espécies e habitats nativos;
- Frequentemente as espécies exóticas apresentam maior rapidez de crescimento e exigem uma silvicultura menos complexa;
- A obtenção e conservação de sementes em larga escala era muitas vezes mais difícil para muitas espécies indígenas;
- Com frequência foi necessária a importação de exóticas para substituir espécies indígenas dizimadas por pragas, sendo utilizadas por exemplo em processos de melhoramento genético, em enxertia, etc.

Algumas reflexões - II



Área florestal per capita
(ha/habitante)



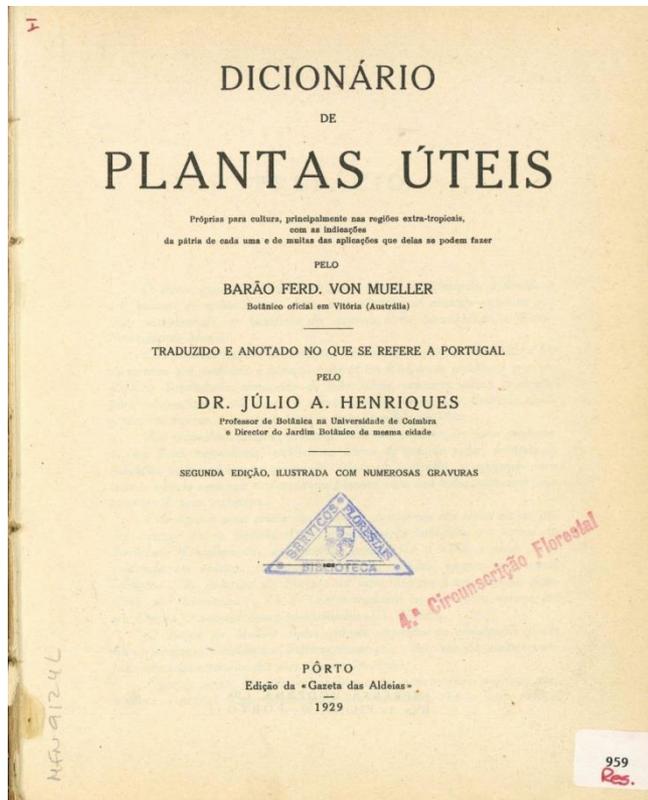
País caracterizado por uma floresta quase exclusivamente privada e que experimenta uma grande instabilidade e alternância de usos do solo

Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



Séculos XIX e XX: a grande “febre” de importação e aclimação de exóticas



Um expoente português:
o biólogo (botânico)
Prof. Júlio Henriques
(Universidade de Coimbra)



Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



A experimentação de exóticas era um imperativo nacional nos países mais desenvolvidos

Art. 74.º O fomento florestal tem por fim auxiliar a arborização dos terrenos e exploração de matas não pertencentes ao Estado, sujeitas ou não ao regime florestal, bem assim auxiliar a introdução, o desenvolvimento e melhoramento das espécies florestais exóticas, podendo para êsse fim o Estado fornecer sementes e plantas dos seus viveiros e pessoal para dirigir os respectivos trabalhos.

Art. 78.º Os serviços de propaganda tem especialmente por fim instruir acêrca dos seguintes assuntos:

- a) Espécies florestais exóticas cuja introdução possa ser de maior vantagem para o país, e bem assim acêrca das regiões mais apropriadas para o seu desenvolvimento;
- b) Processos de cultura intensiva das espécies florestais, estudos e ensaios sôbre o desenvolvimento das mesmas espécies e leis do seu crescimento;



Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



Perímetro Florestal das Dunas de Ovar
Viveiro de acácias (1933)



Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



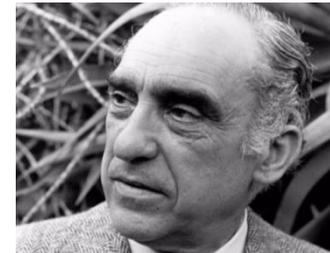
“Supponho todavia que o principal valor economico das Acacias, sobrelevando áquele muito subido que possam ter para madeira, lenha e cortumes, estará porventura na sua prodigiosa capacidade de criar vegetação nos terrenos áridos, terrenos que, na expressão de Maiden, ‘nem erva dão’, nem para pastagem servem. D’isso tenho na minha experiência provas concludentes. (...) As Acacias [apresentam] grande vantagem na missão de fertilizadores: a sua qualidade de leguminosas e o poder fecundante que d’essa qualidade lhes vêm, juntando-se a uma incomparável resistência às violencias da estiagem e á avareza nativa do solo, attribue-lhes um logar unico no desbravamento das nossas charnecas, tanto mais que parece averiguado que a cultura das Acacias se póde prolongar no mesmo terreno sem prejuízo da sua fertilidade.

O efeito de belleza é grande –o que também representa valor. Nem só de pão vive o homem; a vida não se resume em operações arithmeticas de sommar e multiplicar.”

DR. JAYME MAGALHÃES LIMA, 1920.

“A existência de muitos milhares de exemplares [de *Acacia molissima*] na área das matas Nacionais ali existentes, vem dar à Indústria de Extractos Taninosos mais uma certeza das suas possibilidades, capaz de convencer os mais incrédulos. Portugal, fica assim mais uma vez provado, tem condições excepcionalmente favoráveis para a cultura daquela preciosa espécie de Acácia; não as aproveitar não seria apenas uma falta de senso, mas também uma ingratidão perante a oportunidade rara oferecida por uma Natureza invulgarmente pródiga.”

PROF. BAETA NEVES, 1953.

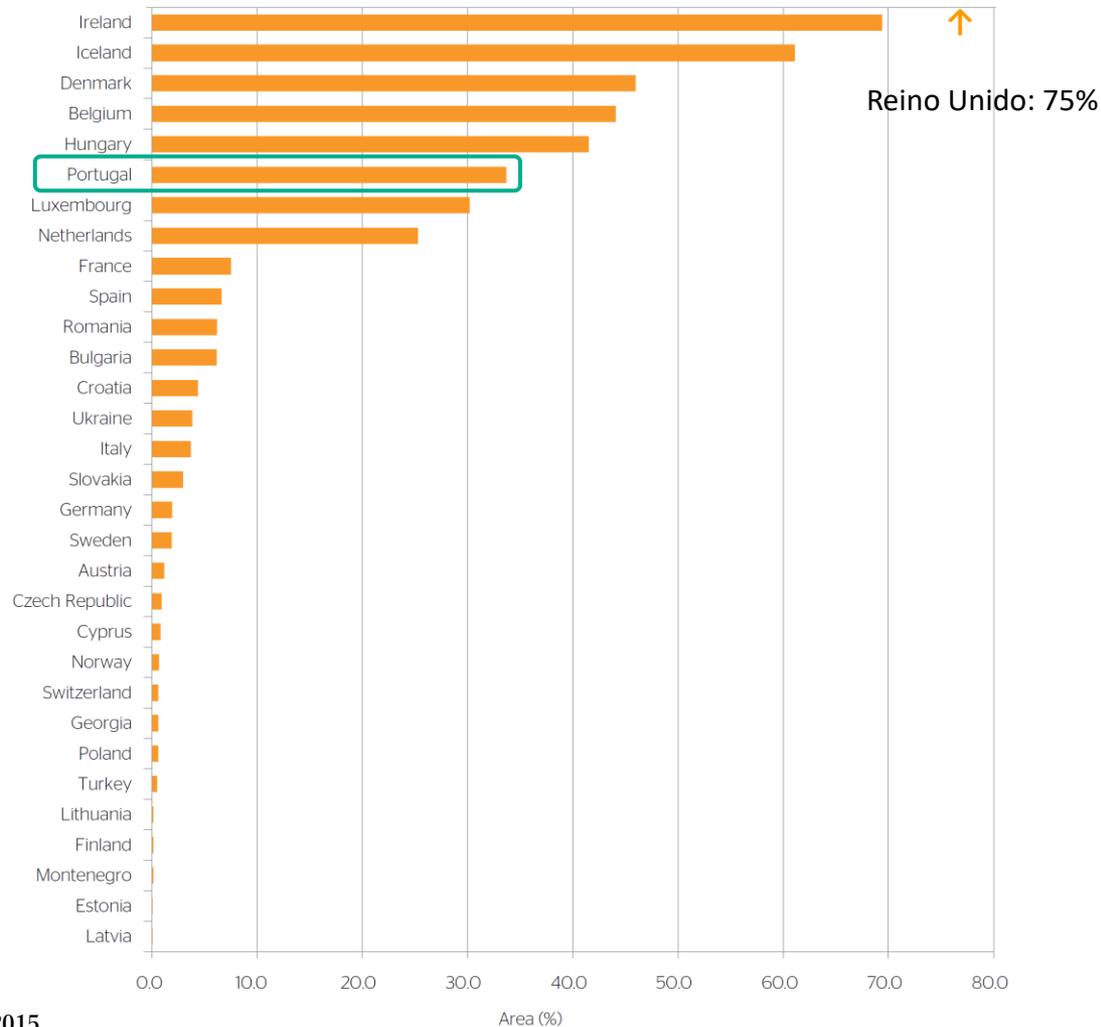


Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



Percentagem de área arborizada dominada por espécies exóticas (2015)



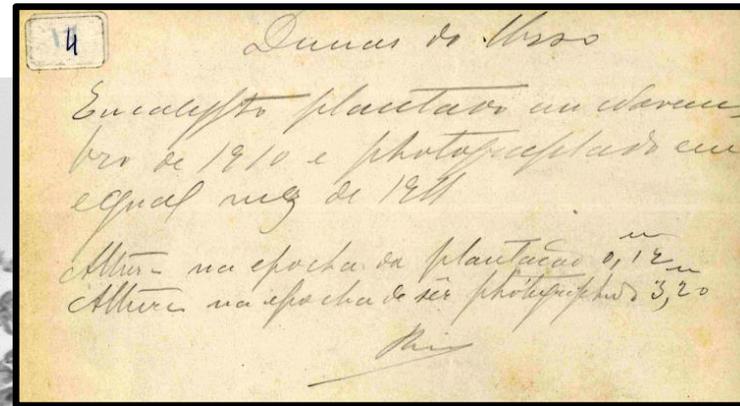
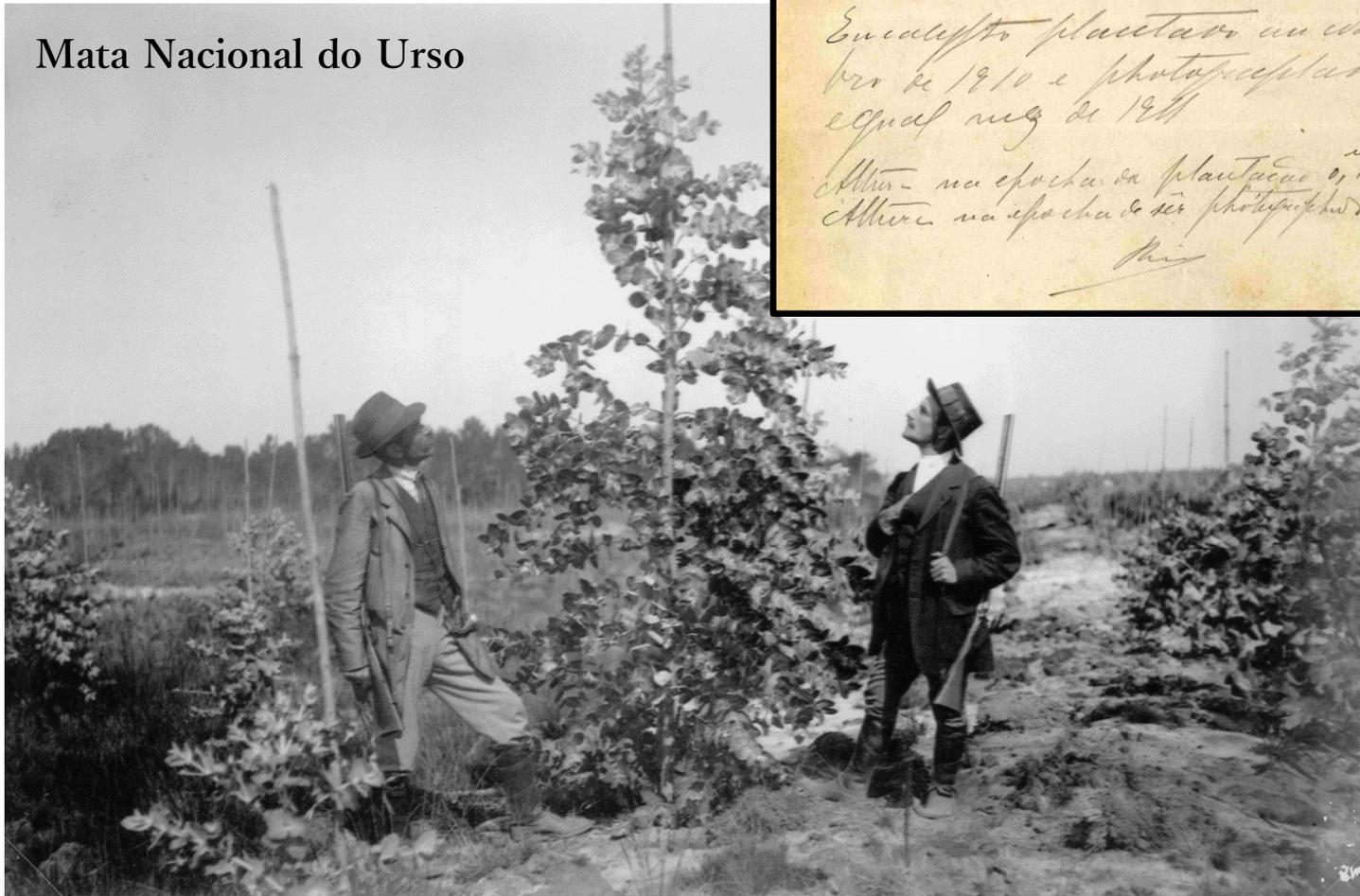
Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



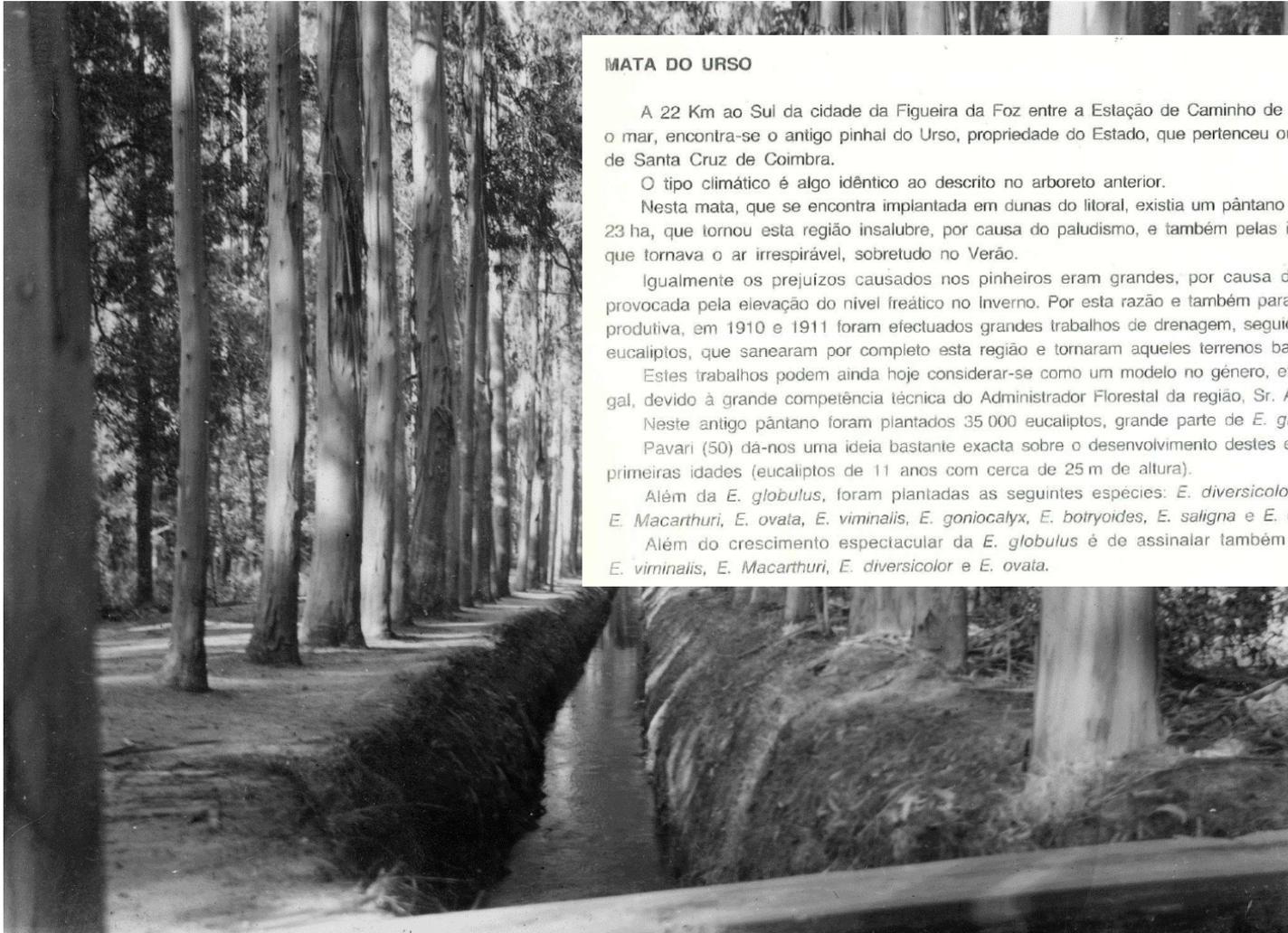
Um mito que persiste

Mata Nacional do Urso



Algumas reflexões - II

A história do uso das espécies florestais exóticas



MATA DO URSO

A 22 Km ao Sul da cidade da Figueira da Foz entre a Estação de Caminho de Ferro de Carriço e o mar, encontra-se o antigo pinhal do Urso, propriedade do Estado, que pertenceu outrora ao Convento de Santa Cruz de Coimbra.

O tipo climático é algo idêntico ao descrito no arboreto anterior.

Nesta mata, que se encontra implantada em dunas do litoral, existia um pântano (Juncal Gordo), de 23 ha, que tornou esta região insalubre, por causa do paludismo, e também pelas imanações putridas que tornava o ar irrespirável, sobretudo no Verão.

Igualmente os prejuízos causados nos pinheiros eram grandes, por causa da asfixia radicular provocada pela elevação do nível freático no Inverno. Por esta razão e também para tornar esta região produtiva, em 1910 e 1911 foram efectuados grandes trabalhos de drenagem, seguido da plantação de eucaliptos, que sanaram por completo esta região e tornaram aqueles terrenos bastante produtivos.

Estes trabalhos podem ainda hoje considerar-se como um modelo no género, efectuado em Portugal, devido à grande competência técnica do Administrador Florestal da região, Sr. Alberto Reis (57).

Neste antigo pântano foram plantados 35 000 eucaliptos, grande parte de *E. globulus*.

Pavari (50) dá-nos uma ideia bastante exacta sobre o desenvolvimento destes eucaliptos nas suas primeiras idades (eucaliptos de 11 anos com cerca de 25 m de altura).

Além da *E. globulus*, foram plantadas as seguintes espécies: *E. diversicolor*, *E. delegatensis*, *E. Macarthuri*, *E. ovata*, *E. viminalis*, *E. goniocalyx*, *E. botryoides*, *E. saigna* e *E. camaldulensis*.

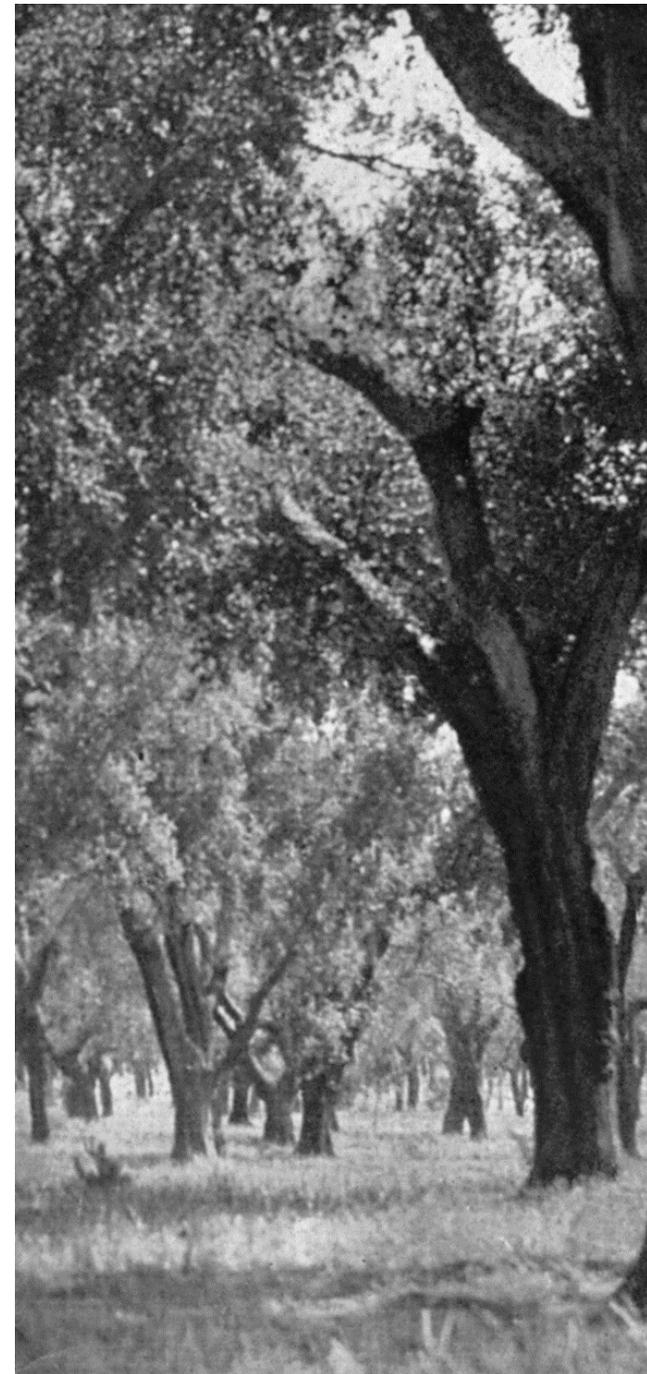
Além do crescimento espectacular da *E. globulus* é de assinalar também da *E. botryoides*, *E. viminalis*, *E. Macarthuri*, *E. diversicolor* e *E. ovata*.

E. Goes,
1985



FLORESTAS · PT

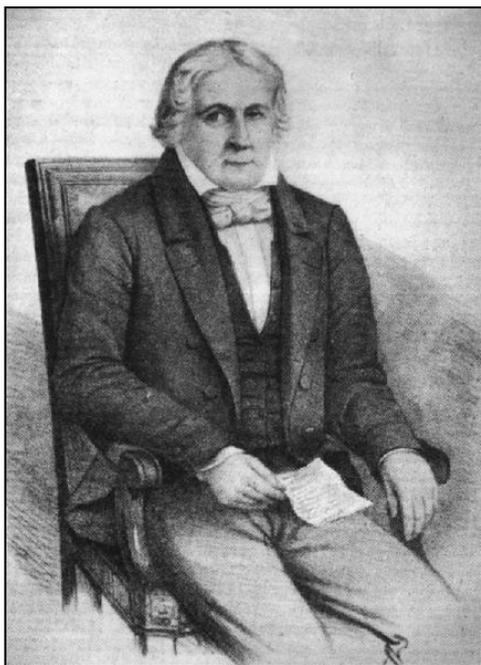
Obras relevantes na história florestal recente



Obras relevantes na história florestal recente



O primeiro silvicultor
José Bonifácio de Andrada e Silva
(act. 1802-1819)



Princípios científicos aplicados à
silvicultura portuguesa – arborização de
dunas e ordenamento da bacia do Zêzere

MEMORIA
SOBRE A NECESSIDADE
E
UTILIDADES DO PLANTIO
DE
NOVOS BOSQUES EM PORTUGAL,
PARTICULARMENTE DE PINHAES NOS AREAES DE BEIRAMAR;
SEU METHODO DE SEMENTEIRA, COSTEAMENTO, E ADMINISTRAÇÃO.
POR
JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA,
SOCIO DAS ACADEMIAS REAES DAS SCIENCIAS DE LISBOA
E DE STOCKOLMO, DA SOCIEDADE DOS INVESTIGADORES
DA NATUREZA DE BERLIM, DA MINERALOGICA DE JENA,
GEOLOGICA DE LONDRES, WERNERIANA DE EDINBURGO,
DAS DE HISTORIA NATURAL E PHILOMATHICA DE PARIS, ETC.

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.
Phaed.

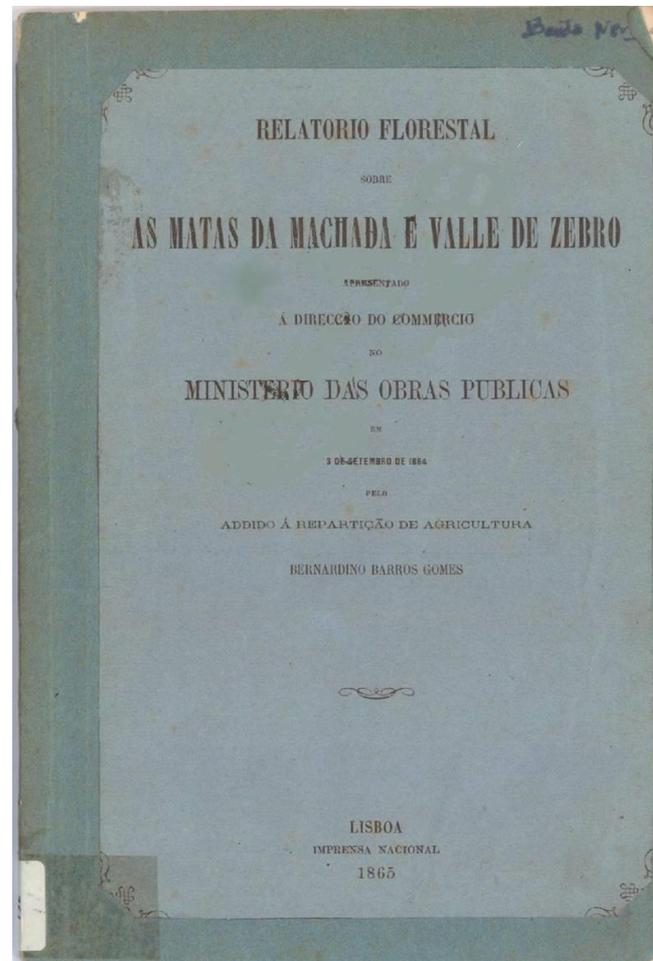
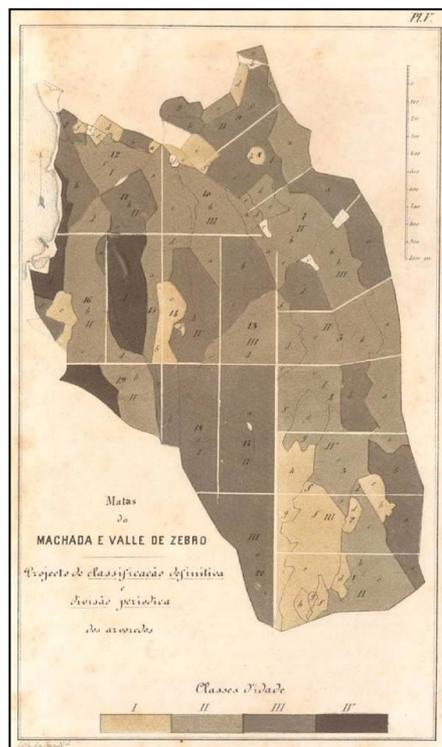


LISBOA
NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,
ANNO MDCCCXV.
Com licença de SUA ALTEZA REAL.

Obras relevantes na história florestal recente



Eng. Bernardino Barros Gomes
(act. 1863-83)
1865: primeiro plano de gestão
florestal moderno



Obras relevantes na história florestal recente



1938 - 1972: plano de povoamento florestal

Elaborado por equipa liderada pelo *Prof. Santos Hall*, do ISA - Instituto Superior de Agronomia, tem correspondência em planos idênticos, contemporâneos, nos países ocidentais e socialistas.



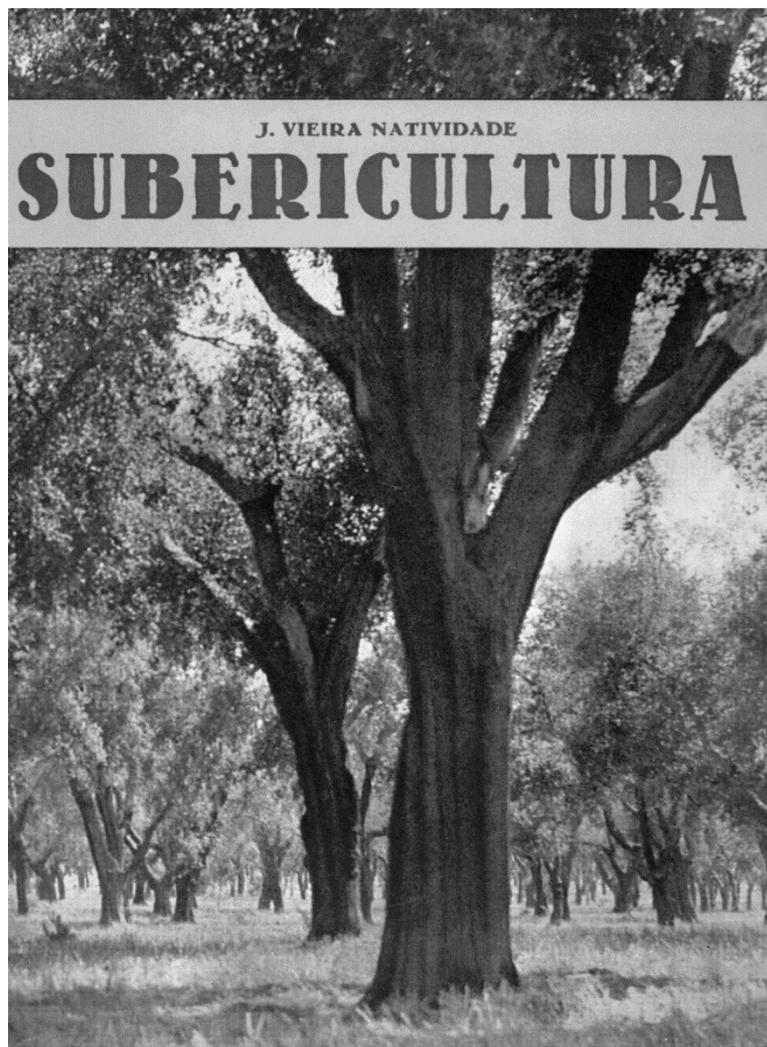
Obras relevantes na história florestal recente



Eng. Joaquim Vieira
Natividade (1899-1968)
Diretor da Estação de
Experimentação Florestal do
Sobreiro (DGSFA)



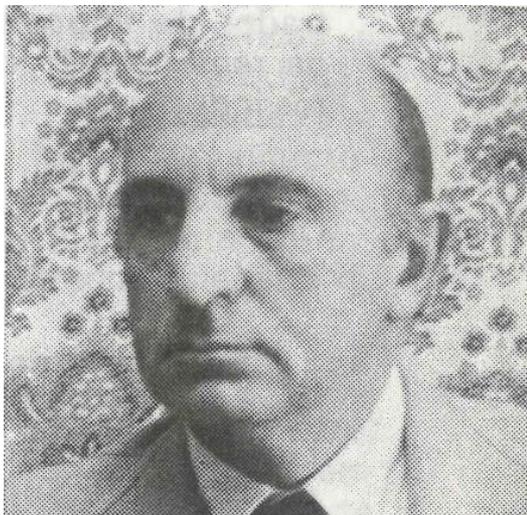
Prof. J. Vieira Natividade — (1899-1968)



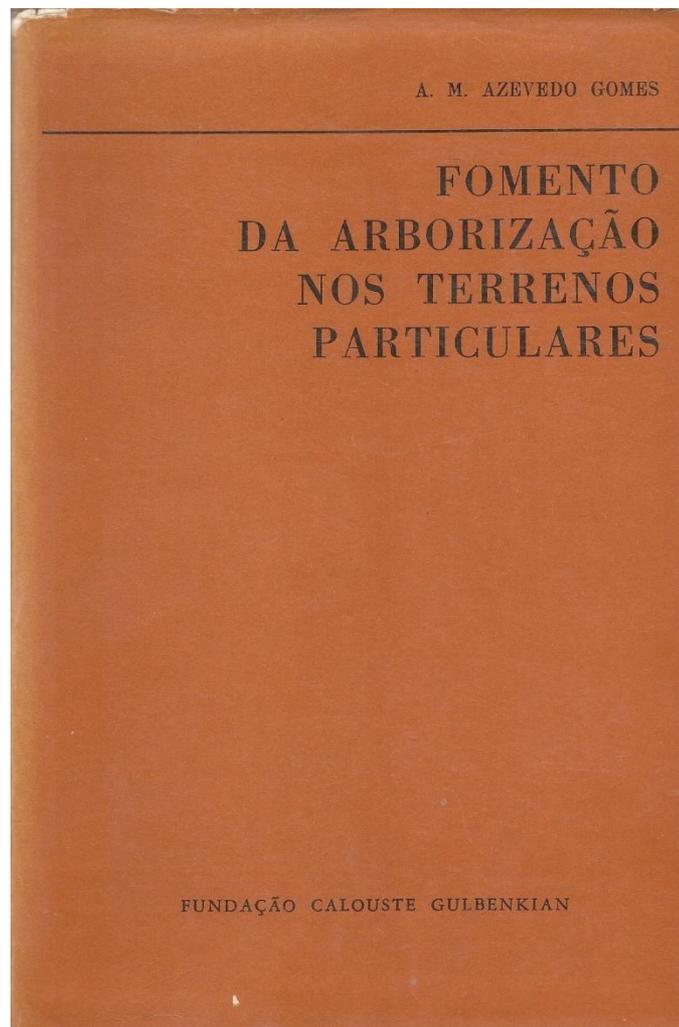
Obras relevantes na história florestal recente



*Prof. António Azevedo
Gomes* (1964 - 1989)
Secretário de Estado das
Florestas



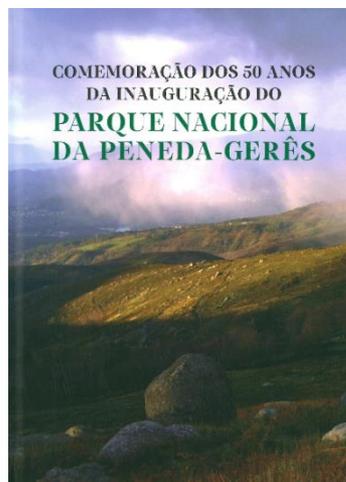
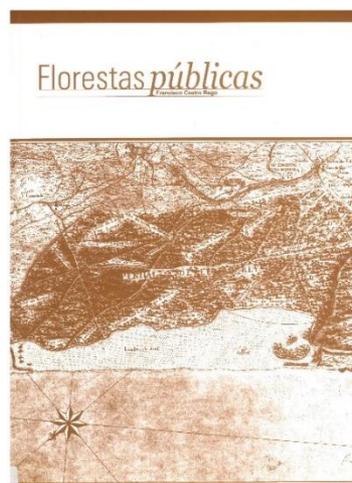
Execução de intervenções
no terreno – Fundo de
Fomento Florestal



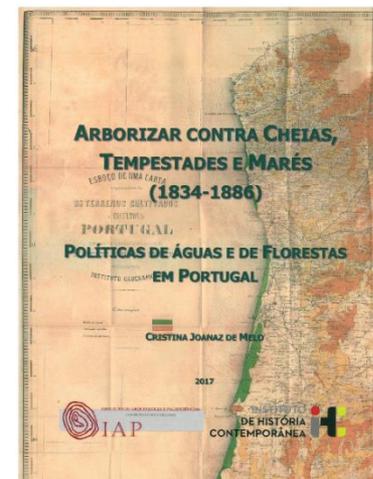
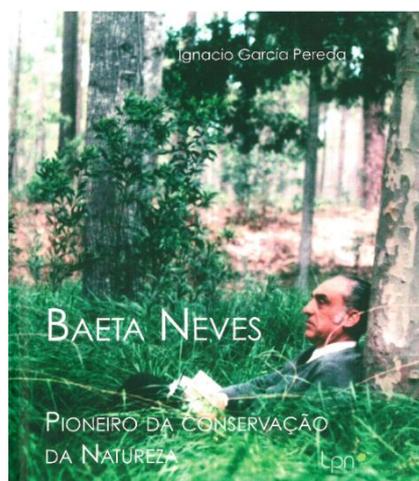
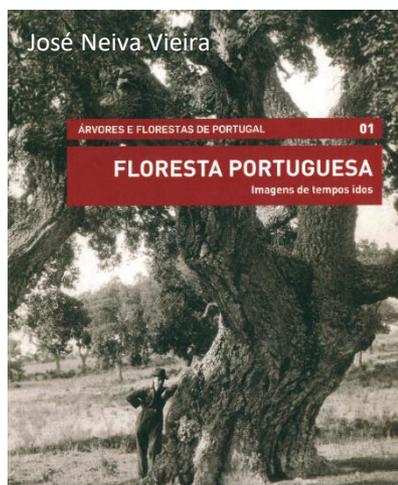


Fontes de história florestal em Portugal

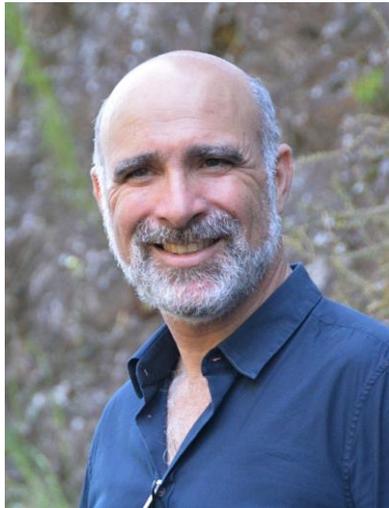
Fontes de história florestal em Portugal



ICNF
Universidades
Outros serviços públicos:
. Cinemateca, BN e TT
. Arquivos públicos do Estado e autarquias; museus e centros interp.
Entidades privadas
(Auto)Biografias e coletâneas



Biografia



João Pinho é licenciado em Engenharia Florestal pelo ISA - Instituto Superior de Agronomia e mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa.

Como técnico e dirigente na administração pública tem trabalhado nas áreas do ordenamento do território, planeamento e projetos florestais, gestão de fogos rurais, gestão e produção florestal e conservação da natureza, tendo publicado diversos artigos e capítulos em livros e revistas técnicas e científicas.

joao.pinho@icnf.pt

obrigado



- O conteúdo patente na apresentação é da responsabilidade do autor -